



## Comissão de Orçamento analisa o relatório preliminar da LDO

Parecer inicial sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 inclui regras para emendas individuais e coletivas. Colegiado deve enviar projeto ao Congresso no início de julho

O parecer preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 deve ser votado hoje na Comissão Mista de Orçamento. Segundo o texto do relator, deputado Cacá Leão, as emendas devem se dirigir ao projeto da LDO ou ao Anexo de Prioridades e Metas. A comissão deve encaminhar o projeto ao Congresso na primeira semana de julho. A partir daí, o texto pode ser analisado em sessão do Congresso. As propostas da Lei Orçamentária Anual de 2020 e do Plano Plurianual 2020-2023 devem ser enviadas pelo Executivo ao Parlamento até 31 de agosto. **3**



Senador Marcelo Castro preside reunião deliberativa da Comissão Mista de Orçamento, que vota hoje texto inicial de lei com diretrizes para 2020

Valdemir Bonero/Agência Senado — 18/6/2019



### Campanha do Senado alerta para riscos ambientais

Durante a campanha Junho Verde, senadores discutiram, em Plenário e nas comissões, a política ambiental do governo Jair Bolsonaro e problemas como o desmatamento e a

emissão de gases de efeito estufa. Para parlamentares e especialistas, as medidas anunciadas, como a revisão das unidades de conservação, podem levar a retrocessos na área. **4**



Vinícius Mendonça/Ibama

Brasil foi o país que mais derrubou árvores em 2018, segundo pesquisa

### Construção ao lado de rodovia está na pauta do Plenário

O primeiro item da pauta de votações de hoje em Plenário é o projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais às margens de rodovias federais e ferrovias. Também pode ser votado texto que busca colher dados oficiais sobre pessoas com autismo no país. **3**

### Debatedores dizem que Brasil é ruim para o trabalhador

Reforma trabalhista, desrespeito a acordos internacionais e enfraquecimento de sindicatos são alguns dos fatores que colocam o Brasil entre os dez piores países para o trabalhador, segundo o Índice Global de Direitos. A questão foi discutida ontem pela Comissão de Direitos Humanos. **2**

### Ministros falam hoje em comissão sobre prioridades

Duas audiências com ministros estão na agenda da Comissão de Infraestrutura. Às 11h, Tarcísio Gomes de Freitas, da Infraestrutura, fala sobre concessão de ferrovias e rodovias. Às 14h, é a vez de Bento Albuquerque, de Minas e Energia, explicar as propostas da pasta. **3**

### Simone quer projetos de lei no debate das armas

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que coloque na pauta do Plenário projeto de lei que autoriza moradores da zona rural a adquirir armas. Ela defende que os projetos são a maneira indicada para o amplo debate sobre a questão das armas, e não os decretos presidenciais. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 5/6/2019

Projeto sobre armas na zona rural passou na CCJ, presidida por Simone

**JOVEM SENADOR 2019**  
**ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR**

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: [WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR](http://WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR)

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248, /SENADOFEDERAL, 0800 612211

# Debate aponta Brasil como país ruim para trabalhador

Reforma trabalhista, desrespeito a acordos internacionais e enfraquecimento de sindicatos foram alguns dos fatores que, segundo debatedores, colocaram o Brasil na lista dos dez piores países para o trabalhador

PELA PRIMEIRA VEZ o Brasil foi incluído na lista dos dez piores países para a classe trabalhadora pelo Índice Global de Direitos, divulgado na semana passada durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho. O alerta foi apresentado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) pelo representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Rogério Silva.

— O índice considerou que a reforma trabalhista [Lei 13.467, de 2017] impôs um arcabouço jurídico regressivo — disse.

Também contribuíram para a inclusão do Brasil na lista “os esforços governamentais visando asfixiar economicamente os sindicatos, diminuindo o poder de negociação dos trabalhadores”, acrescentou. Ele criticou ainda o fato de o governo estar estudando a revogação de 90% das normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

Silva afirmou que o Brasil passou a ser monitorado pela Organização Internacional



Rogério Silva (D) fala em audiência presidida pelo senador Paulo Paim (C)

do Trabalho (OIT), devido a denúncias de que estaria descumprindo acordos internacionais trabalhistas já assinados. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), criticou o fato de a reforma trabalhista ter sido feita sob o argumento de que geraria 6 milhões de empregos.

— Após quase dois anos de vigência, o que se viu foi o aumento no número de desempregados de 12 milhões para mais de 14 milhões — afirmou.

A advogada trabalhista Eidy Lian Cabeza apresentou dados de um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrando

que 63,4% das famílias do país estão endividadas. O vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi, disse que a entidade mantém gestões com o Supremo Tribunal Federal buscando revogar artigos da reforma trabalhista, como a “tarifação do dano moral”.

— Na fixação do valor da indenização por dano moral na Justiça do Trabalho, o trabalhador que ganha menos vale menos que o que ganha mais. É uma flagrante inconstitucionalidade — disse.

## Endividamento é fruto de má gestão e corrupção, diz Alvaro

Dados do Ministério da Economia mostram que o aumento da carga tributária e do endividamento do governo são consequência da incompetência administrativa e da corrupção, disse Alvaro Dias (Podemos-PR). Segundo ele, de 1998 a 2006, para cobrir excesso de gastos, a carga tributária do país foi de 26% para 33,6% do PIB.

— Ficou impossível aumentar ainda mais a carga tributária e, de 2007 a 2019, com a opção do governo pelo endividamento público, a dívida pública bruta passou de R\$ 1,6 trilhão para R\$ 5,4 trilhões.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Zequinha lamenta decisão desfavorável a projeto da Vale

Zequinha Marinho (PSC-PA) lamentou decisão da Justiça a favor de uma ação que pode, segundo o senador, inviabilizar o Projeto Onça Puma, de exploração de níquel, da empresa Vale. Na ação, ONGs alegam que os resíduos da atividade geram doenças e malformação congênita na região de Ourilândia do Norte (PA). Para ele, a argumentação não se sustenta e a decisão pode gerar desemprego.

— Em cima de uma inverdade, há prejuízo não só à Vale, mas também à economia local — disse o senador.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Wellington elogia restauração de escola por voluntários

O trabalho de voluntários que revitalizaram as instalações de uma escola pública em Campo Novo do Parecis (MT) foi elogiado por Wellington Fagundes (PL-MT). Segundo o senador, a Escola Estadual Padre Arlindo Ignácio de Oliveira estava totalmente destruída e não contava com investimento do governo para sua conservação e, por isso, houve a iniciativa do mutirão.

O senador ainda pediu a aprovação do projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre normas gerais de segurança escolar (PL 2.256/2019).



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Paulo Rocha considera grave adiar julgamento do habeas corpus de Lula

Paulo Rocha (PT-PA) disse ontem que o adiamento da audiência de julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula



deve repetir as atitudes do ex-juiz Sergio Moro, nas mãos de quem Lula não teve um julgamento justo.

— O STF não pode e não

Para o senador, Moro não esclareceu os diálogos com o procurador Deltan Dallagnol em audiência no Senado na semana passada.

## Izalci cobra duplicação de trecho da BR-080, conhecida como Rodovia da Morte

A necessidade de duplicar a BR-080, que liga Brasília a Brazlândia, no Distrito Federal, foi apontada por Izalci Lucas



O senador informou que 28 pessoas morreram neste ano na rodovia, entre eles o ex-deputado

distrital Juarezão. Izalci disse que a BR-080 é conhecida como Rodovia da Morte e que a bancada federal do DF destinou recursos para a duplicação, que acabaram perdidos pois a obra não recebeu licença ambiental.

## Posicionamento do governo brasileiro vai atrapalhar exportações, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem, em Plenário, o posicionamento do governo quanto a direitos humanos e meio ambiente.

Segundo o senador, existe um movimento internacional para exigir que a União

Europeia não contribua com criação de uma zona de livre comércio com o Mercosul por causa da perseguição a minorias no Brasil.

— Numa época de tanto desemprego, esse boicote, se acontecer, é preocupante.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Reciclagem e alienação parental**  
9h Audiência sobre descarte de lixo eletrônico e reciclagem. Às 13h30, debate sobre alienação parental.
- CAE Endividamento**  
10h Audiência sobre dívida pública.
- CCJ Leiloeiros públicos oficiais**  
10h Debate sobre a regulação da profissão de leiloeiro público oficial. Às 13h30, análise de indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público.
- CMA Proteção dos animais**  
10h Audiência sobre proteção dos animais. Às 14h, debate com jovens e crianças sobre meio ambiente.
- CRE Impactos da previdência**  
10h Debate sobre os impactos da Previdência Social na economia global.

- CE Profissionais do ensino básico**  
11h Entre 16 itens, o PLC 88/2018, que prevê medidas de valorização dos profissionais do ensino básico.
- CI Ministro da Infraestrutura**  
11h Audiência com Tarcísio Freitas.
- CI/CDR Ministro de Minas e Energia**  
14h Audiência com Bento Albuquerque.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, o PLC 139/2018, que inclui, nos censos, dados sobre autismo.
- CMO LDO 2020**  
14h30 Análise do relatório preliminar ao PLN 5/2019, que trata da LDO de 2020.
- MP 877/2019 Passagens aéreas**  
14h30 Análise do relatório.
- MP 879/2019 Gastos da Eletrobras**  
14h30 Audiência pública.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Colegiado vota relatório preliminar da LDO 2020

Comissão Mista de Orçamento se reúne hoje para analisar parecer provisório da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem. O texto inclui regras para emendas individuais e coletivas

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deve votar hoje o parecer preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, o PLN 5/2019.

O relator, deputado federal Cacá Leão (PP-BA), divulgou o documento em 11 de junho. O parecer preliminar tem as regras para apresentação de emendas individuais e coletivas à LDO 2020.

De acordo com as regras, as emendas devem se dirigir ao texto do PLN 5/2019, que tem caráter normativo, e ao Anexo de Prioridades e Metas — neste caso, relacionando-se apenas a ações que constaram dos Orçamentos de 2018 e 2019. As emendas ao anexo serão limitadas a até três por deputado ou senador; até duas por comissões da Câmara, do Senado ou mistas; e até três por bancada estadual de cada Casa.

A aprovação de emenda que venha a incluir programação no Anexo de Prioridades e Metas não afastará a



Deputado Cacá Leão e senador Marcelo Castro, relator e presidente da CMO

necessidade de inclusão de dotações no projeto de Lei Orçamentária (LOA) de 2020 e de eventual previsão na proposta do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Ambos devem ser enviados pelo Executivo ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

A CMO pretende encaminhar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Congresso na primeira semana de julho. A partir daí o texto poderá ser apreciado a qualquer momento no Plenário do Congresso (sessão conjunta da

Câmara e do Senado), última etapa da tramitação do projeto da LDO de 2020.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Com Agência Câmara

Marcos Oliveira/Agência Senado — 5/6/2019

## Plenário vota construção à margem de rodovia

Entre as proposições que podem ser votadas em Plenário nesta semana, está o projeto de lei da Câmara que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais às margens de rodovias federais e ferrovias. Primeiro item da pauta, o PLC 26/2018 muda a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, que proíbe a existência de construções em uma

faixa de 15 metros ao lado de estradas e ferrovias e de rios, riachos, mar, lagos e lagoas.

Outro projeto que pode ser analisado pelos senadores é o PLC 139/2018, que busca fornecer dados para embasar políticas públicas voltadas às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo tenham

autismo, sendo 2 milhões delas no Brasil. Porém, até hoje nenhum levantamento oficial foi feito no país para identificar essa população. Para a relatora, senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), o aperfeiçoamento das políticas públicas passa diretamente pelo conhecimento científico a respeito do grupo, a ser produzido a partir dos censos.

### Telmário Mota critica decisão sobre posse e porte de armas

Telmário Mota (Pros-RR) criticou ontem a decisão do Senado de anular o Decreto 9.785, de 2019, que flexibilizava a posse e o porte de armas no Brasil. Na opinião do senador, o acesso às armas pelos cidadãos ampliaria a chance da legítima defesa.

— O Estado não é onipresente, ele não está na sua residência, na minha, nem na da população como um todo. E a população, nós, principalmente pais de família e mães de família, temos o direito de proteger a nossa própria vida, a nossa família e o nosso patrimônio.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Leila Barros justifica posição a favor de suspensão de decreto

Leila Barros (PSB-DF) explicou ontem o seu voto a favor do Projeto de Decreto Legislativo 233/2019 que suspendeu o decreto do governo federal que facilitava o porte e a posse de armas.

— Como mulher e mãe, tenho a convicção de que o mundo com mais armas e mais pessoas armadas representa um ambiente com mais balas, mais tiros e, inevitavelmente, mais mortes. Pessoalmente, sou e sempre fui contra armar as pessoas, mesmo os cidadãos de bem — afirmou a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Reguffe explica voto contrário a texto com nova regra para arma

Reguffe (sem partido-DF) disse ontem que tem sido vítima de agressões e mentiras pelas redes sociais, por ter votado a favor do projeto que susta o decreto presidencial com novas regras sobre porte e posse de armas.

O senador citou notícias que circulam pelas redes sociais segundo as quais ele andaria cercado de seguranças. A informação, de acordo com Reguffe, não é verdadeira. Ele aproveitou para exigir respeito à sua opinião e lembrar que sempre foi contrário à liberação do porte de armas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Girão pede aprovação das Dez Medidas contra a Corrupção

Eduardo Girão (Podemos-CE) defendeu ontem a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto conhecido por Dez Medidas contra a Corrupção, iniciativa do Ministério Público da União que contou com amplo apoio da sociedade.

O senador mostrou preocupação com a parte do projeto sobre abuso de autoridade. Segundo ele, é preciso ter cautela, para não retirar dos juízes a autonomia necessária na análise de casos. Para ele, se isso ocorrer, o combate à corrupção pode ficar comprometido.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Marcos Rogério: Judiciário invade funções do Legislativo

Marcos Rogério (DEM-RO) criticou ontem decisões judiciais que alteram as leis. Para ele, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem reescrito a Constituição sem poder para tal.

O senador citou a decisão que criminalizou a homofobia, determinando que tal conduta passe a ser punida pela Lei de Racismo.

— O STF falou em homicídio de homossexuais para justificar a criminalização da homofobia. O artigo 121 do Código Penal deixa fora de proteção qualquer cidadão, seja qual for a opção sexual? Evidente que não — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Simone: questão das armas deve ser debatida em projetos de lei

Moradores da zona rural poderão ser autorizados a adquirir armas. O projeto que trata do assunto (PLS 224/2017) foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e houve um recurso para que fosse apreciado também no Plenário do Senado — o que ainda não ocorreu.

Do ex-senador Wilder Moraes, o projeto determina critérios semelhantes aos exigidos para caçador de subsistência. Os interessados na posse de arma de fogo têm de apresentar documento de identificação pessoal, comprovante de moradia e atestado de bons antecedentes. O requisito de idade mínima foi reduzido de 25 para 21 anos em relação a idade prevista para o caçador de subsistência.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), informou que pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que pautasse a proposta o mais rapidamente possível. Simone

explicou que proposições sobre porte e posse de armas de fogo precisam ser discutidas no Congresso por meio de projetos de lei, “pois permitem o amplo debate entre deputados e senadores”, e não por meio de decreto presidencial.

Na semana passada, os senadores aprovaram um projeto (PDL 233/2019) para sustar o decreto que flexibiliza o porte e a posse de armas. O texto foi enviado para a análise na Câmara dos Deputados. Simone explicou que o que estava em jogo não era ser a favor ou contra o porte de armas, mas a forma legal com que o assunto foi tratado.

— É possível no Brasil um decreto alterar uma lei ou até mesmo a Constituição? Qualquer jurista vai dizer: não, não é possível.

A senadora também apontou que nada impede que o governo envie ao Congresso um projeto de lei sobre o tema se a Câmara confirmar a derrubada do decreto.

## Ministros da Infraestrutura e de Minas e Energia falam em comissão

Os ministros de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e de Minas e Energia, Bento Albuquerque, serão ouvidos hoje na Comissão de Infraestrutura (CI).

A primeira audiência, marcada para as 11h, será com o ministro da Infraestrutura. Entre os assuntos, estão a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, a renovação antecipada dos contratos de concessão das Estradas de Ferro Carajás e Vitória a Minas e a modernização do

sistema ferroviário, além do contrato de concessão dos trechos das rodovias BR-116 e BR-376, no Paraná, e BR-101, em Santa Catarina.

Já o ministro de Minas e Energia será ouvido às 14h em audiência conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

A vinda de ministros ao Congresso está prevista na Constituição. Pelo texto, os ministros poderão comparecer para expor assunto de relevância de suas pastas.

# Junho Verde emite alarme de perigo ambiental

Sessão especial e audiências públicas marcaram o mês dedicado a pensar questões ligadas ao meio ambiente no Brasil e a política do governo Jair Bolsonaro para a área

Reportagem: Dante Accioly  
 Edição: Joseana Paganine

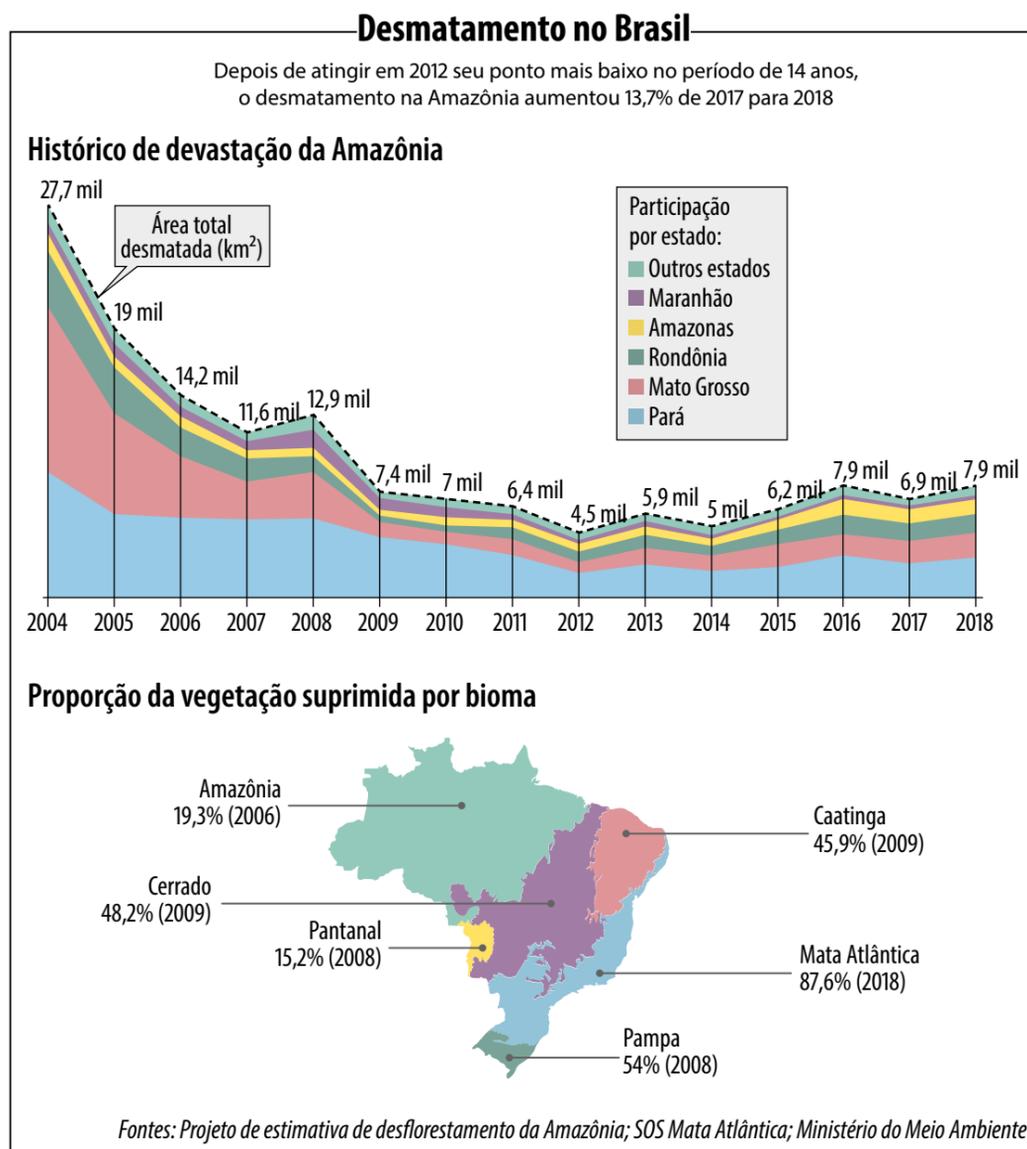
NO DIA 6 de junho, especialistas e parlamentares ocuparam o Plenário do Senado em uma sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Em quase todos os discursos, uma preocupação recorrente: a política ambiental brasileira dá sinais claros de colapso, com desdobramentos imediatos e potencialmente desastrosos. O mais recente deles foi divulgado em abril pelo aplicativo em tempo real Global Forest Watch: o Brasil foi o país que mais perdeu árvores em 2018 — 1,3 milhão de hectares de florestas primárias devastadas, mais de duas vezes a área do Distrito Federal.

Os primeiros indícios de crise na política ambiental surgiram em 2013, quando a taxa de desmatamento na Amazônia cresceu 28,8% em relação ao período anterior. Mas, segundo ambientalistas, foram as medidas anunciadas pelo Poder Executivo a partir de janeiro deste ano que apontaram um caminho ainda mais incerto: a possibilidade de revisão de unidades de conservação, a redução de multas por desmatamento aplicadas pelo Ibama, a substituição de técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por policiais militares e a intenção apregoada pelo governo federal de destinar parte do Fundo Amazônia para pagar indenizações a proprietários rurais.

— Não temos muito a comemorar. Nos últimos dias, não vimos nenhuma ação mais direta em relação à proteção da biodiversidade, da Amazônia ou dos rios responsáveis por irrigar as nossas lavouras — lamentou a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que presidiu a sessão especial.

Embora tenha recuado do propósito inicial de acabar com a pasta do Meio Ambiente, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas e decidiu que o país não mais sediaria a Conferência do Clima COP-25. O secretário-geral do Observatório do Clima, Carlos Rittl, criticou a decisão:

— Algumas das mais altas autoridades do governo federal desmontam deliberadamente um legado de 30 anos de governança ambiental, construído com imensa contribuição do Parlamento brasileiro. Ao fazerem isso, não apenas rompem os laços de solidariedade com



a comunidade internacional. Muito pior: expõem a população e a economia brasileira a riscos bastante tangíveis. Mudanças climáticas são reais e causam impactos: o país sofreu prejuízos de R\$ 278 bilhões em função de eventos climáticos extremos nos últimos dez anos.

Em um discurso na sessão especial, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, rebateu as críticas. Para ele, o governo “não nega a existência de mudanças climáticas” e “manteve inalteradas todas as políticas assumidas, inclusive por gestões anteriores”. Apenas “a forma de fazer é muitas vezes diferente”. O ministro negou que tenha a “intenção de extinguir unidades de conservação”, mas admitiu que o Poder Executivo pretende fazer “uma análise dos processos de criação” de cada área, inclusive com a possibilidade de “alteração de perímetro” ou “mudanças de categoria”.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou a participação de Ricardo Salles como “uma indignidade misturada com covardia”:

— Nunca a verdade foi tão violentada neste Plenário como no dia de hoje. Nunca vi tanto ato de covardia nesta tribuna como no dia de hoje. O ministro teria feito melhor se nem aqui

tivesse comparecido. Para vomitar mentiras e sair fugidinho, covardemente, era melhor não ter vindo.

## Conscientização

A sessão para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente fez parte de um calendário de atividades realizadas durante todo o mês. A campanha Junho Verde tem como meta promover a conscientização e o diálogo para fortalecer a pauta ambiental. Além de seis audiências públicas na Comissão de Meio Ambiente (CMA), a iniciativa prevê o uso de luzes verdes para iluminar a cúpula da Casa.

— Preservar toda a riqueza natural é essencial para o desenvolvimento do Brasil e para a qualidade de vida da população. Só somos uma potência agrícola mundial porque somos uma potência hídrica. Se não tivermos essa consciência, podemos acabar destruindo nossa “galinha dos ovos de ouro” — argumentou o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), presidente da CMA.

Na audiência que abordou a situação dos biomas brasileiros, os números apresentados mostram, por exemplo, a Mata Atlântica com 12,4% da área inicial, ainda que as derrubadas venham caindo ano a ano.

— Tivemos uma queda de 9,3% de desflorestamento comparado com o período anterior. Mas ainda temos cinco estados bastante críticos — advertiu a diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota. Ela se refere a Minas Gerais, Piauí, Paraná, Bahia e Santa Catarina.

A Amazônia — signo internacional de biodiversidade — perdeu 360 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa entre 1967 e 1987, ou 19,3% da cobertura original. A situação é proporcionalmente mais dramática em quase todos os outros ecossistemas: a Mata Atlântica perdeu 87,6%; o Pampa, 53,9%; o Cerrado, 48,2%; e a Caatinga, 45,9%. O Pantanal teve 15,2% de áreas removidas.

O biólogo João Paulo Capobianco afirmou que a melhor estratégia para a preservação desses biomas é a criação de novas unidades de conservação. A Convenção sobre Diversidade Biológica recomenda a proteção de pelo menos 10% de cada ecossistema. A Amazônia supera a média preco-

nizada, com 23% do território resguardado em unidades de conservação. Mas a realidade é crítica no restante do país: o Cerrado tem 3,2%; o Pantanal, 2,9%; a Mata Atlântica, 2,8%; a Caatinga, 1,9%; e o Pampa, apenas 0,7%. O deficit nesses cinco biomas supera os 313 mil quilômetros quadrados, uma área do tamanho da Polônia.

## Alternativa

Levando em conta experiências implantadas em 11,5 milhões de hectares espalhados nas cinco regiões do país, os especialistas apontam outra alternativa: a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). A técnica prevê a diversificação e a associação de diferentes sistemas produtivos (agrícolas, pecuários e florestais) em uma mesma área.

No município de Ipameri (GO), a fazenda Santa Brígida é uma das vitrines da ILPF. Desde 2006, a propriedade recebe orientação da Embrapa para tentar recuperar pastagens degradadas. Segundo o agrônomo Roberto José de Freitas, cada hectare da Santa Brígida produzia 2,5 arrobas de carne bovina, cerca de 36 quilos. Dez anos depois, cada hectare entrega 25 arrobas.

— O objetivo, que era só recuperar pastos sem gastar dinheiro, passou a ser o ganho de produtividade, a conservação de água, a melhoria do perfil de solo, a produção de alimentos e a redução de efeito estufa — explica Freitas.

As emissões brutas de gás de efeito estufa no Brasil saltaram de 1,72 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO<sub>2</sub>e) em 1990 para 2,27 GtCO<sub>2</sub>e em 2016, um crescimento de 32%. A agropecuária é apontada como a principal fonte de emissões, 74% do total.

Em 2018, o governo anunciou que o país deve cumprir a meta firmada no Acordo de Paris para reduzir as emissões em 37% até 2025. Mas, segundo o Observatório do Clima, um alvo incluído na Política Nacional de Mudança do Clima não será atingido: caso as emissões brutas permaneçam no patamar verificado entre 2010 e 2016, o país deve chegar a 2020 com lançamentos de 2,395 GtCO<sub>2</sub>e, ante a meta de 2,067 GtCO<sub>2</sub>e.

### Saiba Mais

**Observatório do Clima**  
[www.observatoriodoclima.eco.br](http://www.observatoriodoclima.eco.br)

**Monitoramento da Amazônia**  
<http://bit.ly/projetoPRODES>